

**O BEM VIVER PARA TODOS E TODAS: DESENVOLVIMENTO, DIREITO DA NATUREZA, ECONOMIA E DEMOCRACIA**

**GOOD LIVING FOR ALL AND ALL: DEVELOPMENT AND NATURE OF RIGHT, ECONOMY AND DEMOCRACY**

**LA BUENA VIDA PARA TODOS: DESARROLLO, DERECHO DE LA NATURALEZA, ECONOMÍA Y DEMOCRACIA**

Alciene Oliveira Felizardo<sup>1</sup>

**Resenha do livro:** ACOSTA, Alberto. **O bem viver:** uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Elefante, 2016.

Como citar esta resenha: FELIZARDO, Alciene Oliveira. O bem viver para todos e todas: desenvolvimento, direito da natureza, economia e democracia. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 10, p. 7-11, 23/04/2020. DOI: <https://doi.org/10.24302/drd.v10i0.2819>

**Resenha recebida em:** 23/04/2020

**Resenha aprovada em:** 23/04/2020

**Resenha publicada em:** 23/04/2020

O livro *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*, escrito pelo político e economista Equatoriano Alberto Acosta traz as principais características do Bem Viver, um conceito que nasce dos povos indígenas do ambiente andino e amazônico, também presente em outras culturas. Acosta aponta que é necessário recorrer às experiências desses povos que vivem em harmonia com a Natureza, por serem detentores de uma longa e profunda história, desconhecida e marginalizada e por terem resistido, a partir de seu próprio modo de existir, a um colonialismo que dura mais de 500 anos. Para ele é imprescindível que ocorram profundas mudanças no mundo, de modo a romper com as concepções do sistema de acumulação e buscar alternativas de organização social e práticas políticas. Afirma que estas perspectivas só serão alcançadas a partir de um processo de construção democrático, pautado nos Direitos Humanos e nos Direitos da Natureza. O livro está organizado em dez capítulos visando apresentar diferentes pontos de vista do autor acerca do Bem Viver. Para isso perpassa

---

<sup>1</sup>Doutoranda em Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina. Mestra em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Universidade Federal do Pará. Belém. Pará. Brasil. E-mail: [alcifelizardo@yahoo.com.br](mailto:alcifelizardo@yahoo.com.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8476-6649>

por discussões centrais, tais como desenvolvimento, direito da natureza, economia e democracia.

O autor preconiza a necessidade de afastamento do modelo ocidental de desenvolvimento, dos modos de vida regidos pela acumulação do capital, da colonização, da patriarcalização, das desigualdades, do racismo, da ruptura entre Natureza e Ser humano, bem como, da visão antropocêntrica de mundo que considera o homem enquanto centro do universo, em oposição à natureza. Como alternativa, Acosta apresenta o Bem Viver enquanto filosofia de vida, um ponto de partida para a construção de sociedades democráticas: defende um projeto de construção coletiva que valoriza e reforça a importância e a contribuição das experiências culturais distintas espalhadas pelo mundo.

A obra traz reflexões acerca da potencialidade do Bem Viver como uma proposta global, entre as quais: a) O confronto com a colonialidade do poder que questiona o bem-estar enquanto conceito eurocêntrico e busca agregar diferentes visões (ecologistas, feministas, humanistas, etc.) que convergem para o debate do Bem Viver; b) A superação da ideia de progresso ilimitado que tem influenciado na (auto)exploração para atender e alcançar um estilo de vida baseado na lógica consumista; c) O rompimento com padrões de consumo presentes no imaginário coletivo, por meio do sentimento permanente de acessar bens que muitas vezes não podem ser alcançados, tornando o ser humano “artífice da própria alienação” (p.36) diante da demasiada quantidade de informações e das estratégias de controle que a permeiam; e, d) Percepção da alienação da ciência e da técnica, ambas voltadas para atender o interesse do capital, portanto não assumindo o papel de neutralidade, uma vez que os avanços tecnológicos oriundos desse processo não são acessíveis a todos. Partindo dessas questões, Acosta não propõe uma trilha a seguir para superação dos problemas globais, mas orienta a libertação de visões dogmáticas. Sua proposta é [...] “fortalecer os valores básicos da democracia: liberdade, a diversidade de opções sexuais e de formas de organização familiar e comunitária” (p. 40).

Ao resgatar o período de institucionalização do desenvolvimento, Acosta aponta para a dimensão de seu alcance pós discurso de Harry Truman (Presidente dos Estados Unidos da América entre 1945 e 1953). A proposta deste presidente se tornou uma exigência global que se fortaleceu após a Segunda Guerra Mundial e refletiu na constante busca pelo desenvolvimento, principalmente no caso de países ditos “atrasados” que passaram a implementar políticas, instrumentos e indicadores para alcançar esse propósito. Essa ideia global de desenvolvimento desconsidera formas milenares de estilos de vida e de relação com a natureza dos povos “subdesenvolvidos” que podem contribuir na construção de novas utopias, tendo como horizonte o pós-capitalismo. Embora essa proposta seja focada inicialmente nas experiências de povos andinos e amazônicos, Acosta deixa claro que essa reconstrução utópica do futuro não pode ser excludente ou cunhar espectros dogmáticos. Ao contrário disso, deve-se ampliar as perspectivas por meio da incorporação de discursos e proposições de distintas regiões do mundo que convergem na luta por transformações da sociedade e de suas lógicas de (re) produção.

Nessa perspectiva, o Bem Viver é apontado como alternativa ao desenvolvimento, buscando desconstruir essa concepção global unificadora que visa alcançar o progresso por meio do produtivismo e da visão reducionista de crescimento econômico. É uma proposta que busca cooperar na construção coletiva de novos modos de vida, mostrando-se a necessidade de ir além de artigos constitucionais, e não se restringir aos mesmos, como tem sido as experiências da Bolívia e do Equador que usam este conceito na Constituição. O Bem Viver, *Sumak Kawsay*,

*Alli Kawsay, Buen Vivir* ou *Vivir Bien*, possibilita confrontar os processos histórico-sociais que ocasionaram a marginalização de povos. Além disso, permite interações entre enfoques e pode ser interpretado a partir de diferentes matrizes culturais, por ser um conceito plural, originário de comunidades indígenas, que valoriza a diversidade cultural e que não desconsidera os avanços tecnológicos e os aportes de povos que questionam criticamente esses pressupostos do mundo moderno.

Acosta aponta que o uso do Bem Viver de forma simplista, desprovida de significado, é uma das grandes ameaças que o conceito pode enfrentar. Em situações como da Bolívia e do Equador, o risco é tornar-se apenas mais um instrumento de poder a ser utilizado para influenciar e dominar as sociedades. Esse reducionismo na compreensão do Bem Viver e seu uso na construção de híbridos pode implicar no enfraquecimento de seu potencial enquanto proposição de novos estilos de vida. Para evitar adentrar nesses riscos, é necessário romper com as visões dogmáticas, modificar os dispositivos de análise tradicionais, recuperar e conhecer as experiências de vida das populações indígenas e cada vez mais despir-se dos conceitos estruturais dos distintos campos da vida. Diante disso, “[...] está implícito um grande passo revolucionário que nos leva a caminhar de visões antropocêntricas a visões sociobiocêntricas, assumindo as consequências políticas, econômicas, culturais e sociais desta transição” (p.99).

A fragmentação entre ser humano e Natureza tem sido um problema comum na ciência e nos próprios estilos de vida. Diante desta relação, tornou-se cada vez mais comum a subjugação da Natureza pelo ser humano. A preocupação de Acosta é a concepção da inesgotabilidade dos recursos, que possui o intuito de atender as necessidades do sistema econômico vigente. Diante da atual crise civilizatória o debate acerca do progresso perde força, sendo crescente a consciência sobre a limitação desses recursos. Nessa perspectiva, a valorização do aspecto comunitário, o reconhecimento dos limites biofísicos e dos direitos da Natureza e o rompimento dessa fragmentação entre ser humano e Natureza, bem como a conscientização de que somos a natureza, certamente, são elementos que contribuem no processo de transformação civilizatória.

Acosta aponta a necessidade de um Estado plurinacional tendo como base o Bem Viver. O Estado, enquanto espaço de dominação, tem sido utilizado ao longo da história para atender determinados grupos e como um instrumento de organização e estruturação da sociedade. Trata-se de um espaço de disputa orientado pela lógica de acumulação que sofre crises constantes e atrelado a uma crise de maior proporção, do capitalismo. Deve-se tomar como horizonte as lutas dos povos andinos e amazônicos que passam e/ou passaram por processos emancipatórios para superação de práticas e percepções colonizadoras. Assim, torna-se possível construir um novo Estado com espaços democráticos de autogoverno e autodeterminação, orientado pelos princípios de igualdade e liberdade e das diversidades, historicamente ignoradas. Tomando como exemplo os casos da Bolívia e do Equador, afirma-se que a construção de um Estado plurinacional exige mais que sua inserção nos planos constitucionais. Portanto, reconhecendo a complexidade deste desafio, aponta-se para uma compreensão distinta do significado de Constituição que, para além de um documento jurídico e político, precisa ser entendida como “[...] um projeto de vida em comum” (p. 153), construída a partir de uma nova democracia nutrida das experiências culturais dos povos originários.

Outro aspecto importante para a construção de uma nova civilização é a necessidade de uma outra economia. Para isso, propõe a transição de lógicas capitalistas para economias e

sociedades pós-extrativistas, pautadas no desenvolvimento autocentrado. A transição deve ser pensada a partir da perspectiva do Bem Viver, baseada nos Direitos Humanos e nos direitos da Natureza percebidos por meio da visão holística e sistêmica, com a construção de uma economia ambientalmente sustentável e solidária, baseada na autodependência comunitária e que valorize o potencial endógeno, o protagonismo social e, fundamentalmente, a democracia.

Considerando a realidade andina e amazônica, Acosta elenca um conjunto de ações que podem contribuir na busca por economias e sociedades pós-extrativistas, tais como “frear a aceleração do despojo<sup>2</sup> às comunidades[...]”; “reduzir a dependência do petróleo e da mineração[...]”; “reduzir o desperdício e desacelerar o aumento da entropia[...]”; “Impulsionar a redistribuição da renda e da riqueza[...]” e “mudar os padrões tecnológicos para recuperar e incentivar alternativas locais[...]” (p. 172). Diante disso, o rompimento da fragmentação entre o ser humano e a natureza, o reconhecimento pleno dos Direitos da Natureza bem como a desmercantilização das relações que a permeiam são questões fundamentais para a transformação civilizatória.

A partir da sua experiência pessoal, o autor discute sobre a dificuldade no processo de construção da utopia do Bem Viver. Para ilustrar esse desafio, Acosta discorre sobre a iniciativa Yasuní – ITT que surgiu em resistência a explorações de petróleo nos campos de Ishpingo, Tambococha e Tipunini (ITT) no Equador. A proposta, em síntese, era que em troca da não exploração do petróleo houvesse contribuições financeiras internacionais, mas a resistência a essa proposição ganhou proporções, abrangendo desde o setor público até membros da sociedade civil. A iniciativa não previa meras compensações financeiras, como previstas no modelo desenvolvimentista, mas se tratava da possibilidade do reencontro dos seres humanos com a Natureza, da construção do Bem Viver como alternativa ao desenvolvimento e não de desenvolvimento. Os caminhos foram sinuosos e como resultado, a iniciativa Yasuní – ITT foi ignorada. A busca pelo desenvolvimento e erradicação da pobreza foram instrumentos substanciais utilizados para alimentar esperança na sociedade. Em lugar da redistribuição da riqueza, da superação do capitalismo e da transformação do mundo a partir dos Direitos Humanos e dos Direitos da Natureza, restou a ameaça à biodiversidade, o “desaparecimento” de povos indígenas em isolamento voluntário e o descaso em relação à emissão de CO<sub>2</sub>.

Para o autor, o debate do desenvolvimento em curso limita a capacidade de repensar a ideia de crescimento econômico. Assim, propõe a superação deste conceito. Aceitar contribuições dos distintos povos e nacionalidades de diversos locais do mundo é um passo importante para enfrentar os debates mundiais. Além disso, do ponto de vista econômico é necessário reorganizar a produção e a sociedade com vistas a novas racionalidades que valorizem saberes e práticas, desconstruam a atual forma de racionalidade econômica e estabeleçam outras formas de relação com a natureza e com as experiências culturais presentes em distintos territórios. Para finalizar, Acosta acentua que o Bem Viver valoriza “[...] a diversidade cultural, a interculturalidade, a plurinacionalidade e o pluralismo político” (Acosta, 2016, p. 240) e destaca que assumir esse modo de vida inclui o distanciamento da destruição da natureza, da exploração dos seres humanos e do privilégio que sobrepõe e/ou subjuga grupos em detrimento de outros.

Apreende-se dela que construir o Bem Viver exige uma transformação civilizatória. Isso se alcançará a partir do reencontro da Humanidade com a Natureza. Assim, a sociedade atual

---

<sup>2</sup> Entende-se aqui por *despojo*, a partir do contexto fornecido pelo autor, a retirada das condições de reprodução socioambiental dos povos que enfrentam a interferência de projetos de “desenvolvimento”.

necessita despir-se das práticas civilizatórias, desconstruir racionalidades (política, econômica e ambiental), reconhecer plenamente os Direitos da Natureza, buscar por um Estado Plurinacional, valorizar a participação comunitária em todos os âmbitos e assumir outra perspectiva de democracia pautada nas experiências culturais dos povos originários. O autor reconhece que não se deve esperar que todas essas condições ideais sejam alcançadas para construir o Bem Viver - sendo este, portanto, um horizonte que pode ser almejado na sociedade e no momento atual.

Um dos grandes diferenciais desta obra é a originalidade do debate desenvolvido por alguém que possui, além de aprofundamento teórico, experiência prática sobre a busca do Bem Viver. Partindo disso, Acosta nos convida a repensar o mundo atual e para isso oferece diversos caminhos. As discussões do autor revelam que o caminho é sinuoso e que pode haver resistências. Entretanto, há na obra um vasto campo de possibilidades que apontam para a superação desse complexo desafio.